

Arnaldo Jabor e os revoltosos de um vintém: uma abordagem sobre tensionamentos entre mídia e hegemonia¹

Arnaldo Jabor and the rioters of 20 cents: Investigating tensions between the media and hegemony

Patrícia Gonçalves Saldanha

patsaldanhappgmc@gmail.com

Prof^a Associada 1 da Universidade Federal Fluminense do curso de Publicidade e Propaganda; Professora do quadro permanente do PPGMC/LaPA (Laboratório de Pesquisa Aplicada), Coordenadora do Laccops e membro fundador do INPECC (Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária), Coordenadora do GT 8-ALAIC – Comunicação Popular, Comunitária e Cidadania. Atual Pós-Doc da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

João Luíz de Bittencourt Victal

jvictal@gmail.com

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano PPGMC-UFF; membro do Laccops; é jornalista e especialista em TV, Cinema e Mídias Digitais pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Trabalha na TV Brasil da Empresa Brasil de Comunicação, desde 2012, com ênfase em Comunicação Pública, atuando principalmente como repórter de imagens na área de jornalismo e TV.

Resumo

Considerando o panorama midiático e sociopolítico das manifestações em junho de 2013, pretende-se analisar a fala do comentarista Arnaldo Jabor no telejornalismo. O objetivo do texto é refletir criticamente sobre se a representação jornalística dos fatos vem sendo condicionada a interesses de MCMs, assim como a formação e a conformação a sentidos sociais previamente relacionados ao exercício de uma hegemonia. Assim, a transversalidade da questão é investigada a partir dos comentários de Jabor, proferidos em cadeia nacional, no contexto da repressão violenta do Estado contra a formação dos protestos. Deste modo, serão estabelecidas conexões a um pensamento liberal que permeia a sociedade democrática. Com base no referencial teórico utilizado, o escopo do trabalho parte dos conceitos frankfurtianos de semiformação do sujeito, da hegemonia gramsciana, de Estado, democracia e liberalismo com base em Bobbio e Hobbes, entre outros.

Palavras-chave: mídia, semiformação do sujeito, subjetividades.

Abstract

Considering the media and socio-political panorama of the protests in June 2013, this paper aims to analyze the speech of commentator Arnaldo Jabor in television journalism. Its purpose is to reflect critically on whether the journalistic representation of the facts has been conditioned to the interests of the mass media, as well as the formation and conformation to social meanings related in advance to the exercise of a hegemony. Thus, the transversality of the question is investigated on the basis of the comments made by Jabor, broadcasted in a national television network, in the context of the violent repression of the State against the formation of the protests. In this way, connections will be established to a liberal thinking that permeates democratic society. Based on the theoretical framework used, the scope of the work is based on Frankfurtian concepts of semi-formation of the subject, of Gramsci's hegemony, of State, democracy and liberalism based on Bobbio and Hobbes, among others.

Keywords: media, semiformation of the subject, subjectivities.

Introdução

Desde a chegada da internet, uma das mudanças fundamentais para o fortalecimento da ideia de que seria possível, em algum momento, uma postura mais participativa de um público capaz de questionar, refletir e buscar

mudanças efetivas nas contradições impostas pela realidade sócio-político-econômica da atualidade foi, sem dúvidas, a utilização das redes sociais enquanto ferramenta digital estratégica de mobilização social.

Entretanto, o viés comunicacional a ser explorado no presente trabalho pretende compreender a atuação da grande mídia no cenário das manifestações populares e analisar a declaração polêmica de um de seus mais

¹ Trabalho revisado, modificado e redefinido, após apresentação no XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

destacados cronistas, Arnaldo Jabor². O pronunciamento do colunista sobre as manifestações que ocorriam no dia 12 de junho de 2013 desencadeou um processo de indignação no público, que se organizou em rede e tomou ruas para protestar contra sua fala. Assim, como veremos adiante, a grande mídia que costuma se posicionar como um “porta-voz” na sociedade, além de não ter cumprido seu papel, gerou um sentimento de repulsa e fez com que Arnaldo Jabor buscasse uma retratação em seu pronunciamento³. Assim, o texto se dedica à construção de uma reflexão crítica sobre como a produção de sentidos gerados pela mídia, muitas vezes, pode resultar numa recepção em conformidade com os seus próprios interesses, mas também pode desencadear uma reação antagônica, como o que aconteceu com o público que, além de condenar a repressão violenta do Estado, também foi o reflexo, naquele momento, da aversão de uma sociedade que não se sentia representada.

Existe uma crença quase irrefutável, reverberada todo o tempo pelos meios de comunicação, através da propagação de um discurso jornalístico permeado por termos como “liberdade” e “respeito às individualidades”, de que vivemos em um espaço social democrático. Sob esta ótica, o interesse do presente trabalho se desenvolverá com base na observação do cotidiano das pessoas comuns enquanto representantes de uma parcela considerável da opinião pública. Outro ponto primordial para a constituição do trabalho será investigar a maneira nefasta como o pensamento liberal pode assumir uma expressividade e anunciar, em meio a um quadro de semiformação na sociedade, uma predominância de concepções individualistas que, de certo modo, costumam se sobrepor aos interesses coletivos.

No contexto atual, constata-se que a profusão de informações disponibilizadas pelos MCMs, além de dificultar a formulação de um discernimento sobre a realidade, na percepção do público, muitas vezes, tende a direcionar esse mesmo público receptor a uma mimese ou homogeneização das consciências. Reiterando esta concepção, Adorno e Horkheimer (1985) explicam que

[...] a liberdade de escolha da ideologia, que reflete sempre a coerção econômica, revela-se em todos os setores como a liberdade de escolher o que é sempre a mesma coisa [...] e nesse lugar se edificam os preceitos explicitados sobre a indústria cultural atuando na mimese dos receptores (p. 156).

2 Jornal da Globo. Arnaldo Jabor. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/videos/t/edicoes/v/arnaldo-jabor-fala-sobre-onda-de-protestos-contr-aumento-nas-tarifas-de-onibus/2631566/>. Acessado em: 13/01/16.

3 Rede CBN. Arnaldo Jabor. 2013 “Amigos eu errei. Era muito mais do que isso!”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=i1Gj_z0aw8I. Acessado em: 14/01/16.

Assim, fica evidenciada a tendência de alinhamento com um ideário de reconhecimento social que pode influenciar a estruturação de uma subjetividade comum nos indivíduos. Ou seja, algo que confirma alguns sentidos predominantes capazes de direcionar o público a uma equidade nas percepções sobre os fatos que, dessa maneira, influenciam opiniões, comportamentos e estilos de vida retroalimentados por uma representação midiática dos acontecimentos que, por sua vez, denota a necessidade de um olhar crítico sobre essa dinâmica proporcionada entre a grande mídia e a sociedade na produção e apropriação da informação jornalística.

Em virtude disso, o texto objetiva explorar a temática proposta sob a perspectiva da ocorrência prévia de uma conformação a um pensamento liberal, considerando-se o crescente protagonismo do mercado e a influência midiática que Ianni (2000) aponta como um “intelectual moderno” que opera no núcleo da produção simbólica da sociedade atual, na medida em que veicula valores e normas de conduta agregados à lógica de um sistema de produção capitalista. Assim, as produções bem como as reproduções dos ideais de alguns estratos sociais na/pela sociedade seriam reverberadas pelos meios de comunicação de massa e, dessa maneira, seria ratificada uma ótica parcial sobre os acontecimentos que pode resultar em um nivelamento da subjetividade dos indivíduos comuns alocados pela indústria cultural em um estado de semiformação.

Nesse sentido, o trabalho aponta a necessidade de uma crítica epistemológica que proporcione ao profissional da área de comunicação algumas possibilidades de avaliação sobre as imbricações de um referencial discursivo que se empenha estrategicamente em constituir as subjetividades de um modo coerente com sentidos dominantes que são propagados cotidianamente pelos MCMs⁴.

Primordialmente, é preciso considerar o contexto de uma privatização cognitiva dos indivíduos por conglomerados de comunicação que, fomentados por corporações transnacionais, operam na lógica de um sistema de produção que possui objetivos próprios e se relaciona com a naturalização de um ideário liberal na sociedade. Dessa forma, são reforçados sentidos que ratificam a ótica individualista entre os atores sociais que, conseqüentemente, podem amenizar a formação de uma percepção social adequada diante das contradições geradas em nossa realidade.

Por isso, é essencial que se estabeleçam conexões entre o exercício de um pensamento hegemônico na sociedade e a reverberação do sentido dominante por meio dos MCMs, mais especificamente pela televisão, onde tal prática ocorre de modo contínuo no cotidiano. Depreende-se, então, uma lógica de mercado que influencia a produção das narrativas e as torna previamente

4 O termo MCMs se refere aos meios de comunicação de massa.

coerentes, em maior ou menor grau, com um sentido específico que é ecoado na trama social e pode repercutir nas percepções e nas interações simbólicas dos indivíduos, considerando a própria atuação do Estado neste processo.

Em suma, o texto dedica-se a uma reflexão crítica sobre um momento midiático que expôs algumas relações entre as manifestações em junho de 2013 e a propagação de um pensamento liberal através dos comentários de Arnaldo Jabor que foram emitidos, naquele momento, em cadeia nacional pelo mais expressivo grupo de comunicação brasileiro, mais especificamente, pelas organizações Globo. O episódio em questão foi escolhido por representar um reflexo de nosso cotidiano, da cultura em que vivemos e que, de alguma forma, também corroboramos. Assim, foi constituído um viés de compreensão em que o comentarista é apropriado pela indústria cultural e reproduz sua lógica como uma estratégia de convencimento para uma sociedade que vive em estado de semiformação. Ou seja, como algo que opera no nível da própria cognição dos indivíduos de uma forma que limitaria a formação de um discernimento sobre as grandes manifestações que ocorriam em junho de 2013.

A intenção aqui é entender como a mídia de massa se apropria do discurso e da aceitação social em uma concepção elitizada, para a produção de esforços que visam explicar o surgimento dos protestos que podem, por conseguinte, vir a direcionar o nosso olhar para além de um entendimento tácito sobre a hegemonia. Além disso, pretende-se verificar em que medida tanto a influência da modernização tecnológica na comunicação social como a influência da indústria cultural contribuíram para a viabilização do processo de reverberação ideológica do sistema dominante.

Nesse escopo, é produzida uma reflexão sobre os esforços de Arnaldo Jabor para construir uma opinião jornalística sobre as manifestações de 2013 enquanto estratégia de aproximação do público de classe média e as consequências da ineficiência de tais esforços. O retorno do público receptor escapou ao projeto e ao controle do emissor, e o resultado foi uma reação negativa do público às mensagens proferidas. Pressupõe-se que tal episódio, provavelmente, tenha influenciado uma posterior mudança de angulação do colunista sobre os protestos que ocorreram, o que corrobora a ideia de que um (con)formador de sentidos deve ser coerente com uma percepção social previamente articulada a um sentido predominante na trama social.

A fundamentação teórica do artigo foi edificada com base em conceitos frankfurtianos (Adorno; Horkheimer, 1985; Marcuse, 1982), de hegemonia (Gramsci, 1982), sobre o Estado, a democracia e o liberalismo (Bobbio, 2006; Hobbes, 2000), além do papel da mídia na sociedade atual (Ianni, 2000).

Mídia e hegemonia

É notável como, diante de momentos de catarse social, algumas personalidades percebidas socialmente como atreladas à formação de alguma consciência crítica na sociedade exponham a sua credibilidade conquistada junto ao público, para se posicionarem explicitamente de uma forma coerente com sentidos dominantes, mesmo que isso não pareça razoável, assim como foi com Jabor, que defendeu a repressão violenta do Estado contra os manifestantes que estavam nas ruas.

É sabido que a grande mídia objetiva a credibilidade por meio da vinculação social e, em virtude disso, almeja um enfoque, para a informação produzida, que esteja de acordo com o exercício de uma hegemonia. Por isso, habitualmente são apropriados indivíduos reconhecidos como porta-vozes dentre um público específico, na maioria das vezes elitizado, no caso do presente trabalho, uma figura pública conhecida e reconhecida pela classe média. A corporação midiática Globo pode ser citada no Brasil como um exemplo prolífico da comunicação utilizada a serviço de práticas hegemônicas, como é o caso da relação entre MCMs e o comentarista Arnaldo Jabor.

Vale destacar a relevância do papel social de Arnaldo Jabor, uma vez que ele desempenha a função de jornalista opinativo em uma coluna no Jornal da Globo e na rádio CBN (Central Brasileira de Notícias). O colunista se baseia em análises sobre acontecimentos da atualidade para repercutir posicionamentos ideológicos que, frequentemente, conformam seus discursos com a agenda liberal. A corporação Globo, onde Jabor atua, possui a segunda maior TV pública comercial do mundo, em que, diariamente, interesses voltados ao “mercado” são propagados para um público estimado em 183 milhões de pessoas, no Brasil e no exterior⁵.

Quando se iniciaram os protestos contra o aumento da passagem no transporte público, no dia 12 de junho, Jabor afirmava sobre os manifestantes em sua coluna no Jornal da Globo e na rádio CBN: “Esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos”, condenando, desse modo, o surgimento dos protestos e defendendo uma ideologia liberal de acordo com a visão da corporação midiática na qual ele atua.

Observando o desempenho de Jabor, percebe-se que há, muitas vezes, uma confecção perniciososa de narrativas de medo que são dispostas em esforços que visam explicar os fatos para a sociedade. Operando como um “porta-voz” do mercado, ele amedronta e confunde seu público direcionando o olhar a favor de interesses que nem sempre têm posicionamentos claros. Por isso, é perceptível

⁵ Disponível em: http://rdeglobo.globo.com/ePortal/institucional/foldereltronico/g_globo_brasil.html. Acesso em: 08/06/2015 às 13:55 h.

como, eventualmente, o comentarista torna-se tendencioso, quando critica a atuação de governos que não seguem a agenda liberal e, de acordo com a argumentação, quando desqualificou os protestos populares que se formavam em meio a estereótipos como “vandalismo”.

Analisando a etimologia e o significado da palavra “vândalo”, verifica-se sua origem no latim *Vandalus*⁶, que seria o nome atribuído à tribo germânica que saqueou Roma em 455, enquanto o nome adotado pelos membros dessa tribo para si mesmos seria *Wandal*, algo traduzido como “errante”. No entanto, essa nomenclatura foi historicamente associada a depredações sem sentido, pelo modo como foram destruídos os monumentos da cidade, conforme a análise de significado do termo demonstra: “aquele que pratica atos de vandalismo; adjetivação de bárbaro, sem cultura, selvagem, destruidor, vandálico”⁷.

Relacionando o registro histórico com a significação da palavra e a sua utilização na grande mídia, conclui-se que “vândalo” foi um termo estrategicamente naturalizado em narrativas jornalísticas com o objetivo de conceber uma “realidade” peculiar sobre quaisquer protestos divergentes do *status quo* para, dessa maneira, relacioná-los, na esfera social, a um contexto essencialmente pejorativo com enfoque de depredação.

A ratificação de uma concepção sobre a “realidade”, conforme explica Sodré (2002), pode ser entendida como uma exposição sobre os fatos que ultrapassa a sua menção nos meios de comunicação para integrarem um “imaginário” coletivo no cotidiano. Para o autor, seria como a difusão de um senso comum socialmente modelado a respeito dos acontecimentos em evidência na esfera social.

Entendendo-se a relevância pública da ocorrência das grandes manifestações em junho de 2013, é compreensível o modo como a grande mídia se apropriou de figuras socialmente aceitas em um público escolhido, para uma representação conformadora sobre os fatos a uma sociedade que clama por informação.

O comentarista Arnaldo Jabor tornou-se notório publicamente em virtude de sua produção cinematográfica e literária. Naquele momento, ele era reconhecido entre setores da classe média com uma fonte de credibilidade intelectualizada acima dos padrões e, deste modo, conquistou um lugar de fala de destaque na mídia hegemônica, onde até então discorreu com autoridade e atuou não só como um porta-voz da elite em seus comentários, mas também como um intelectual respeitado.

Para Gramsci (1982), todos os homens são intelectuais, entretanto, somente alguns desempenhariam tais funções na sociedade, pois

cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político (p. 4).

Ao longo do tempo, o ideário de Gramsci foi sendo ressignificado por diversos autores que desenvolveram aplicações dessa visão compatíveis com seus contextos, levando em conta a modernização tecnológica e as mudanças na relação entre a sociedade e a mídia através dos MCMs.

Uma concepção inovadora de “intelectual” foi proposta por Ianni (2000), que intersecciona a visão de Gramsci sobre o exercício de uma hegemonia associada às organizações comunicacionais e aos meios de comunicação. Octávio Ianni afirma que Maquiavel concebeu um manual sobre o poder que se personifica na figura de um líder em sua obra *O príncipe*. A partir disto, Ianni elaborou uma noção atualizada para essa temática, posicionando a grande mídia no “lugar” de articulação que denominou de “Príncipe Eletrônico”. Segundo o autor, o “Príncipe Eletrônico” é permeado pelos aspectos da sociedade midiaticizada e configura-se como um intelectual orgânico atualizado que “simultaneamente subordina, recria, absorve ou simplesmente ultrapassa os outros” (Ianni, 2000, p. 145).

Nesse sentido, Arnaldo Jabor, enquanto representante notório da grande mídia, pode ser compreendido como um intelectual orgânico na medida em que desempenha a função de articulador do *modus operandi* de um grupo social (alguns setores da classe média) a serviço de uma preponderância de percepções elitizadas sobre os acontecimentos no Brasil.

Essa afirmação pode ser constatada por meio de uma breve menção da trajetória profissional de Jabor. Um dos pontos relevantes do seu percurso se refere a um dos documentários produzidos ao longo de sua carreira. Segundo o próprio Jabor⁸, o longa-metragem “Opinião Pública” (1967) é um filme produzido no escopo do “cinema verdade” da década de 60 que analisa as opiniões da classe média carioca em um período recente ao golpe militar de 1964. O documentário aborda assuntos como a juventude, a família burguesa, a política e os meios de comunicação e busca mostrar como existia na “elite” da época um clima de conservadorismo e ingenuidade que apoiou a implantação da ditadura militar no país.

Assim, a atuação de Jabor pode ser entendida de forma aproximada e coerente com uma representatividade sobre a classe média e seu ponto de vista, e, por isso, seu lugar de fala na sociedade é relacionado com sua atuação no

⁶ Disponível em: <http://origemdapalavra.com.br/site/palavras/vandalismo/>.

⁷ Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=vandalo>.

⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VUAhXFVkc8A>. Acessado em: 25/01/17.

Jornal da Globo e os segmentos do público espectador envolvidos no processo comunicativo.

Sendo assim, mostra-se pertinente uma averiguação sobre os esforços explicativos produzidos pelo comentarista, que, por sua vez, são reiteradamente estruturados em um tom apocalíptico, em que quaisquer assuntos se relacionam entre si e amparam a articulação de narrativas a serviço de interesses que não costumam ser claros em seus pronunciamentos.

A partir disso, outro ponto mostra-se crucial: a questão do desenvolvimento tecnológico, que, na atualidade, também se concretizou nos aparelhos privados de hegemonia (a exemplo da grande mídia) que exercem uma influência considerável sobre a sociedade e, por isso, torna relevante o diálogo com a obra de autores frankfurtianos em busca de uma reflexão que abarque uma transversalidade nas questões que envolvem a mídia, a indústria cultural e a comunicação social.

Neste sentido, Marcuse (1999, p. 73) explica que a tecnologia, assim como a totalidade dos instrumentos que caracterizaram a era da máquina, “é ao mesmo tempo uma forma de organizar e perpetuar as relações sociais”, manifestando o pensamento e padrões do comportamento dominantes, ou seja, ela é “um instrumento de controle e dominação”.

De acordo com Adorno e Horkheimer, o conceito de indústria cultural é explicado como consequência de um processo de mercantilização e padronização da cultura proporcionado pela sociedade industrial e reverberado através dos MCMs. No caso da representação jornalística da informação, pode-se afirmar que é transformada através da técnica que a subverte em uma lógica capitalista e, desta forma, pode envolver os indivíduos em uma atmosfera social distorcida sobre os acontecimentos. Tais características podem, conseqüentemente, atenuar a formação de criticidade social junto às narrativas produzidas e esvaziar as possibilidades de autonomia dos indivíduos, conforme explicam os autores: “Sob o monopólio privado da cultura a tirania deixa o corpo livre e vai direto à alma” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 125).

Em vista disso, a tecnologia empregada pelos MCMs no âmbito da indústria cultural foi explicada por Adorno e Horkheimer (1985) como um aparato de dominação que opera pelo capital e pode influenciar o inconsciente social de acordo com modelos culturais em uma conformidade com interesses mercadológicos, como é o caso de Arnaldo Jabor, que, apropriado pela mídia, atua como porta-voz ideológico de um sistema para um público específico.

Por isso, a racionalidade do indivíduo é direcionada para uma manutenção do capital e, dessa maneira, produz uma falsa aproximação entre o indivíduo e a sociedade. Este argumento contempla, de certo modo, o que Adorno (1986) denominou de “pseudoindividação”. A proposição do autor, adaptada ao contexto atual, poderia indicar

uma adesão dos indivíduos a uma “lógica do mercado” de um modo análogo aos ensinamentos dos autores de Frankfurt sobre a indústria cultural, que cria uma “[...] falsa identidade do universal e do particular [...]” (Adorno e Horkheimer, 1985, p. 114), conduzindo a uma relação entre o indivíduo, a sociedade e a atuação da grande mídia que objetiva uma “[...] integração deliberada, a partir do alto, de seus consumidores [...]” (Adorno, 1986, p. 92).

Partindo de uma análise sobre a produção da informação como mercadoria, depreende-se como isso pode repercutir em uma representação midiática que seja fidedigna aos fatos e demonstra a relevância de se entender melhor o modo como é atingido o objetivo almejado, que, neste caso, é de apenas satisfazer a demanda de um público consumidor.

Ou seja, ao analisarmos a atuação de Arnaldo Jabor em relação ao surgimento dos protestos, compreende-se que houve uma perda de seu “lugar de fala” na mídia no momento em que ele se descaracteriza como “porta-voz” e desqualifica seu próprio público, atribuindo a “vândalos de classe média” um “ódio injustificado” de quem não precisa se importar com apenas 20 centavos.

Por isso, é perceptível na fala de Jabor o posicionamento da valorização de uma postura individualista em detrimento de uma coletividade e fica explícita uma coerência com uma ideologia presente no estrato social para o qual ele se direciona, o pensamento liberal.

Estado democrático e pensamento liberal

A partir da construção de uma análise sobre a dinâmica de produção da representação midiática relativa aos acontecimentos que ocorreram pela via da indústria cultural, seguiremos rumo à influência do pensamento liberal em todo este processo. Para tal, foi utilizada uma fundamentação teórica relacionada à formação do Estado disposta em clássicos da literatura política como Thomas Hobbes e Norberto Bobbio.

Quando Hobbes (2000, p. 146, 147) demonstra um pessimismo diante da natureza humana ao afirmar: “Homo homini lupus est”⁹, justifica a premência da formação do Estado onde um soberano decidiria sobre todas as esferas. Para o autor, se todos os homens vivessem em estado de natureza, viveriam em estado de guerra; logo, seria necessário que houvesse um poder instituído, capaz de criar parâmetros para manter sob controle a própria natureza humana, permitindo, portanto, que o homem pudesse viver em coletividade. Tal poder seria baseado na aceitação de um pacto social amparado pelo medo, pacificador das relações em uma sociedade em que todos estariam submetidos a um poder centralizador e incontestável, que,

⁹ “O homem é o lobo do homem.”

por sua vez, administraria o conflito perpétuo entre os homens no estado de natureza por meio da restrição e punição nas formas da lei.

A formação da lei, como a conhecemos, foi sedimentada ao longo do tempo em valores pertencentes a uma ideologia dominante influenciadora do poder do Estado sobre a sociedade. Dessa forma, a contribuição de Hobbes (2000, p. 114), de certa maneira, descreve uma trajetória de ratificação para isso, já que todos concordaram contratualmente em abdicar de seus direitos em favor do soberano. A partir de então, o soberano passou a deter o monopólio sobre a legitimidade da coerção e tornou-se um representante do cidadão.

Em termos de sistemas políticos que representam o cidadão, a democracia é a forma mais recente de organização social que atribui a titularidade do poder ao comum em sociedade, onde as decisões coletivas são adotadas pelo povo mediante mecanismos de participação que confiam a legitimidade desse poder a um representante eleito. No caso brasileiro, aplica-se o modelo político da democracia representativa em que as decisões que regem a sociedade são tomadas indiretamente por representantes eleitos pelo povo.

Por isso, as forças políticas que conquistam a representatividade na democracia tendem a instituir um aparelhamento das instituições e, para consolidar sua ideologia, a investir em aparelhos privados de hegemonia, conforme podemos observar nos grandes meios de comunicação de massa contemporâneos. Ao se averiguar a existência de uma dimensão viva da sociedade atuando na democracia, problematiza-se: é possível afirmar que o pensamento liberal que se empenha em estabelecer-se enquanto onipresença na sociedade influencia o Estado, atuando taticamente nas questões sociopolíticas do cotidiano através dos meios de comunicação enquanto aparelhos privados de hegemonia?¹⁰

Deslocando-se a reflexão do texto para a gestão do Estado nas sociedades capitalistas atuais, fica explícita uma concentração deste poder de decisão no que Boron (2001) chamou de os “novos leviatãs”, referindo-se às corporações transnacionais que exercem influência sobre os Estados. Portanto, a extensão desta analogia denota a necessidade de uma reflexão sobre o nosso modelo de democracia, que se encontra sob a influência de um pensamento liberal quase onipresente em nossa própria sociedade.

A formação do Estado moderno surgiu da necessidade de limitar o monopólio deste poder centralizador e, da mesma forma, uma estrutura de domínio do Estado político. Neste sentido, a melhor forma de limitação seria,

¹⁰ Para tanto, vale relembra a dicotomia mencionada anteriormente entre a ocorrência de quaisquer manifestações contra os impedimentos causados ao trânsito nas ruas.

segundo Bobbio (2006a), através da distribuição desse poder conforme ocorre na democracia. Porém, conforme foi explicado, algumas características do pensamento liberal permeiam a sociedade capitalista e seguem uma tendência de aproximação entre a concepção do Estado democrático e alguns preceitos da doutrina do liberalismo econômico.

Por isso, embora Bobbio afirme que “no século passado se manifestou o contraste entre liberais e democratas, a corrente democrática levou a melhor, obtendo gradual mas inexoravelmente a eliminação das discriminações políticas, a concessão do sufrágio universal” (2006a, p. 96), o que fica evidente é que a ideologia liberal pode, sim, muitas vezes, exercer influência na própria democracia através dos aparelhos privados de hegemonia que estão sob sua tutela. Em virtude disso, a reflexão aqui proposta entende que regimes denominados de democráticos podem, sim, ser coerentes com um pensamento liberal.

Vale ressaltar que a doutrina liberal é a favor da democracia formal. Porém, o indivíduo pertencente ao povo que, originalmente, seria o detentor deste poder de participação sofre a influência de um pensamento coletivo preexistente que esvazia a possibilidade de uma autonomia e, por isso, transfere esse direito de decisão para uma estrutura de Estado, negando uma participação democrática de fato. Aproximando-se essa questão da reflexão sobre a influência midiática neste processo, o posicionamento de Jabor denota um individualismo no qual um “vintém” não seria uma causa justa para representantes de classe média integrarem as manifestações, já que “teoricamente” não precisavam se importar com um aumento na passagem do transporte coletivo.

Embora historicamente a democracia e o liberalismo não estejam próximos em outras concepções de Estado, o texto busca empreender uma conciliação entre a democracia e o liberalismo como necessidades atendidas pela ideologia da classe detentora do poder econômico, a burguesia liberal, conforme explica Bobbio (2006b).

O Estado liberal é o pressuposto não só histórico, mas também jurídico do Estado democrático. Estado liberal e Estado democrático são interdependentes em dois modos: na direção que vai do liberalismo à democracia, no sentido de que são necessárias certas liberdades para o exercício correto do poder democrático, e na direção oposta que vai da democracia ao liberalismo, no sentido de que é necessário o poder democrático para garantir a existência e a persistência das liberdades fundamentais. Em outras palavras: é pouco provável que um Estado não liberal possa assegurar um correto funcionamento da democracia e de outra parte é pouco provável que um Estado não democrático seja capaz de garantir as liberdades fundamentais (p. 32-33).

Para a doutrina liberal, o Estado é fundamental para assegurar a paz oriunda de um pacto social, e, dessa maneira, são favorecidos o progresso e o desenvolvimento econômico. Em contrapartida, o Estado democrático restringe o que essa ideologia mais defende: a liberdade e a individualidade como premissas básicas. Por essa razão, um Estado democrático liberal costuma limitar as suas funções como soberano em favor do mercado. Conforme a contextualização explicitada sobre a democracia atual, que, por natureza, seria incompatível com a doutrina liberal, poderia ela, então, transformar-se em um estímulo à disseminação de um pensamento liberal na sociedade capitalista.

Segundo Bobbio (2000), essa particularidade sedimentou-se na sociedade em meio a características como a aceitação social de que o desenvolvimento econômico pode e deve ser individual, e na ideia de que a democracia deveria ser apenas uma formalidade submetida aos interesses econômicos. Esse é o caso dos comentários de Jabor, que afirmava: “ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs”, buscando esvaziar uma discussão sobre os motivos do protesto em uma “ausência de causas”.

Dessa maneira, pode-se compreender que o pensamento liberal defende uma igualdade, porém somente nos termos formais, já que a igualdade não ocorre socialmente. O direito do cidadão em uma democracia liberal existe somente até confrontar um interesse econômico. Como o discurso de Jabor indicou, ao mesmo tempo que defendia a repressão do Estado e os policiais apedrejados, elencava outras prioridades, como a aproximação de uma hipotética “crise econômica, com inflação, fuga de capitais, juros e uma alta do dólar”.

A contradição entre a noção originária (ou etimológica) de democracia e de uma democracia permeada por um pensamento liberal é justificada por Bobbio na garantia de direitos individuais, que, na leitura do autor sobre o liberalismo, são vistos como “expansão da personalidade individual, mesmo se o desenvolvimento da personalidade mais rica e dotada puder se afirmar em detrimento do desenvolvimento da personalidade mais pobre e menos dotada” (2006a, p. 39). O autor também aponta benefícios no sistema democrático liberal, quando afirma que ele pode e deve ser desenvolvido ampliando a representação popular e as possibilidades de voto como “os espaços nos quais podem exercer este direito” (2006a, p. 40).

A partir do desvelamento de um pensamento liberal que se encontra onipresente no âmago da sociedade capitalista, a democracia passou a viabilizar uma aproximação com uma ideologia do mercado, norteando, desse modo, o pensamento dos indivíduos e adequando a própria gestão do Estado ao progresso e ao desenvolvimento econômico em detrimento do desenvolvimento humano.

Retomando a atenção do texto sobre o contexto sociopolítico das manifestações em junho de 2013, a reflexão

foi construída em torno do tratamento dado pela imprensa ao fato, neste caso, direcionando o foco da observação aos posicionamentos de Arnaldo Jabor. E, a partir disso, percebeu-se que a práxis jornalística pode servir de instrumento de realização dos interesses de corporações de comunicação. É compreensível, portanto, que ocorra, pelo menos em algum grau, uma conformação prévia de acordo com uma recepção almejada por um mercado consumidor, já que o contexto social no início das manifestações compreendia uma resistência na opinião pública quanto aos protestos em virtude dos impedimentos causados ao trânsito. Assim, este recorte foi delimitado como um exemplo adequado para se compreender melhor como a influência de um pensamento liberal operou na trama social, na estrutura política e na própria atuação do Estado.

Na repressão do Estado amparado pela lei transparece uma ideia de que essa igualdade de direitos não depende de uma igualdade de condições, e, neste aspecto, há uma incompatibilidade entre o liberalismo e a democracia, pois o ato democrático atende apenas a uma idealização formal e não material para a realidade social. O liberalismo possui como princípio fundador a liberdade, porém é contrário à igualdade do ponto de vista econômico. Por isso, o pensamento liberal teria como foco um desenvolvimento individualizado, mesmo que em consequência disso seja causada alguma desvalorização ao coletivo.

Neste caso, quando ocorre uma disputa entre o direito coletivo de manifestação e o aumento da tarifa no transporte público que interfira em uma concepção liberal individualizada de cidadania sobre o ideário democrático, esta requisição coletiva não pode ir de encontro à liberdade individual de ir e vir, descrita na Constituição¹¹ no art. 5º, inciso XV: “É livre a locomoção no território nacional em tempos de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (Constituição Brasileira, 2016).

Assim, é possível compreender como a percepção individualizada de um cidadão que, por sua vez, esteja norteado por um pensamento liberal é amparada pela lei em detrimento de qualquer direito à manifestação de um coletivo contraposto à liberdade individual de ir e vir. É desvelada uma dicotomia presente na democracia que, associada a uma gestão ineficiente do Estado e à disputa pelo espaço urbano entre as pessoas, desencadeou uma situação caótica de mobilidade urbana nas grandes cidades do Brasil que também exerceu influência no

11 O direito de manifestação é garantido pela Constituição Brasileira, entretanto, o mesmo não pode infringir a liberdade expressa em outros direitos. O art. 5º, inciso XVI da Constituição Federal dispõe sobre o “direito de reunião”, mas ele é condicionado à observância de outros direitos, como a liberdade de ir e vir, cabendo lembrar que é vedado o anonimato sob a alegação de que isso pode incitar a violência (disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm; acessado em: 13/07/15 às 03:00 h).

surgimento das grandes manifestações populares em junho de 2013.

Considerações finais: indústria cultural e percepção social

Reiterando a argumentação inicial sobre a percepção social dos indivíduos sob o impacto da tecnologia e da indústria cultural, os frankfurtianos foram fundamentais ao descreverem o processo de decadência na formação cultural da sociedade em favor do mercado, que “agora se converte em uma semiformação socializada, na onipresença do espírito alienado que, segundo sua gênese e seu sentido, não antecede à formação cultural, mas a sucede” (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 391).

A partir disso, o conceito de semiformação¹² (*Halbbildung*) foi apontado como parte de uma forma dominante de consciência na sociedade em uma reflexão atualizada sobre a comunicação social e a repercussão da grande mídia na sociedade, conforme foi relacionado às manifestações de junho de 2013 e à influência do pensamento liberal que perpassa nossa sociedade.

Entende-se que a utilização da tecnologia no cotidiano afeta os indivíduos na medida em que eles passam a utilizá-la e, mecanicamente, passam a suprimir alguns valores coletivos em prol de uma individualidade ou causa pessoal. Esse é um comportamento que afetaria diretamente a trama social e se relaciona com um paralelo traçado entre as manifestações de 2013 e os impedimentos causados ao trânsito, pois o “homem médio dificilmente se importa com outro ser vivo com a mesma intensidade e persistência que demonstra por seu automóvel” (Marcuse, 1999, p. 81).

Ou seja, o indivíduo “mudou sua função: de uma unidade de resistência e autonomia, passou para outra de maleabilidade e adaptação” (Marcuse, 1999, p. 91) e passou a se ver dependente de uma tecnologia que prejudicaria a sua formação cultural (*Bildung*), podendo, inclusive, dominá-lo, pois, “ao manipular a máquina, o homem aprende que a obediência às instruções é o único meio de obter resultados desejados. Ser bem-sucedido é o mesmo que se adaptar ao aparato. Não há lugar para a autonomia” (Marcuse, 1999, p. 80). Ou seja, o homem passa a ser dominado pela racionalidade técnica nos pequenos atos cotidianos e passa a ser dependente da tecnologia para dinamizar seus próprios interesses, como foi o caso dos cidadãos comuns que ficaram mais incomodados com o caos no trânsito que provavelmente atrapalhou seus

¹² *Bildung* indica, ao mesmo tempo, formação cultural e cultura. Por isso, a pesquisa entende que o título original *Halbbildung* assumiria os dois sentidos. Foi percebida na consulta aos autores e tradutores brasileiros uma opção pela tradução de cultura, semiculto.

planos individuais do que propriamente com a questão fundamentalmente política e social, de interesse coletivo, que levou tantas pessoas às ruas.

Por isso, o escopo desta pesquisa relacionou o conceito de semiformação com a percepção social, que expõe uma tendência que vem se alastrando: os indivíduos subjugados à racionalidade técnica priorizam uma formação adequada às individualidades, conforme os preceitos da dialética do esclarecimento. Assim sendo, a argumentação sugeriu uma noção sobre a ocorrência de restrições prévias para as subjetividades, e, desse modo, a semiformação pode criar nos indivíduos uma falsa sensação de sabedoria, que encobre uma superficialidade individualista na qual eles se encontram. Conforme explicou Pucci, a “semiformação, ao invés de instigar as pessoas a desenvolverem plenamente suas potencialidades, e assim colaborar efetivamente na transformação social, propicia um verniz formativo que não dá condições de se ir além da superfície” (1997, p. 3).

Em virtude disso, entende-se a semiformação como um processo impeditivo de formação autônoma das subjetividades que, conseqüentemente, inviabiliza as possibilidades de emancipação e percepção crítica para um público espectador diante de narrativas jornalísticas produzidas sobre os fatos e as realidades culturais voltadas apenas ao mercado e às individualidades de uma sociedade atomizada.

Essa argumentação foi exemplificada no esforço condenatório inicial produzido pela grande mídia e na atuação de Arnaldo Jabor durante as manifestações de junho de 2013 que, inicialmente, defendia os policiais apedrejados pelos manifestantes e, ao mesmo tempo, desqualificou o assunto de forma reducionista como se fosse uma “baderna” e uma aglomeração de “vândalos”. Sendo assim, o enfoque do texto objetivou uma reflexão crítica acerca da apropriação midiática do comentarista que, dessa maneira, ficou exemplificado como um instrumento de conformação a um sentido dominante, adequado à estrutura do pensamento liberal que flana por entre os indivíduos da sociedade contemporânea.

Nesse âmbito, o conceito de indústria cultural ampliou a compreensão de uma hipótese sobre a produção de uma representação midiática como mercadoria, em conformidade com as percepções de um público específico, minimizando as possíveis divergências a partir das próprias subjetividades.

Conforme foi explicado, a argumentação proposta se baseou em noções sobre a individualidade como uma característica própria de um pensamento liberal que se irradia e se impõe sobre a nossa sociedade e, conseqüentemente, sobre a atuação da grande mídia, onde a questão da produção da subjetividade social ficou amparada em conceitos como a semiformação e a homogeneização das percepções a partir de um referencial teórico da Escola de

Frankfurt. Quanto à reflexão produzida acerca da atuação do Estado e sua relação com a sociedade e a mídia, os autores da teoria política e de sociologia como Hobbes, Bobbio e Ianni foram fundamentais.

Finalizando, vale mencionar a questão da reação social à atuação de Jabor, que tornou-se falha em uma concepção mercadológica, a partir do momento em que ele rompeu com o nexos comum e direcionou uma agressão ao seu próprio público na afirmação: “Esses revoltosos de classe média não valem nem 20 centavos”, que é apontado no texto como o estrato social que o posiciona em seu lugar de fala de destaque na corporação Globo, cujos interesses Jabor representa primordialmente. Porém, uma análise sobre este processo comunicativo como um todo e a sua relação com a posterior retratação de Jabor será uma abordagem a ser realizada na continuidade desta pesquisa em desenvolvimento.

Referências

- ADORNO, Theodor W. 1986a. Indústria Cultural. In: G. COHN (org.), *Theodor W. Adorno*. São Paulo, Ática, p. 92-99.
- ADORNO, Theodor W. 1996. Teoria da Semicultura. Tradução de Newton Ramos-de-Oliveira, Bruno Pucci e Cláudia B. M. de Abreu. *Educação e Sociedade*, Campinas, 12(56):388-411. Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno.htm>. Acessado em: 21/06/2016 às 21 h.
- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. 1985. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de G. A. de Almeida. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- BOBBIO, Norberto. 2006a. *Democracia e liberalismo econômico*. 6ª ed. São Paulo, Brasiliense. Disponível em: <https://mpassosbr.files.wordpress.com/2013/03/bobbio-norberto-liberalismo-e-democracia.pdf>. Acessado em: 27/06/2016.
- BOBBIO, Norberto. 2006b. *O futuro da democracia*. São Paulo, Paz e Terra.
- BORON, Atilio. 2001. Os novos leviatãs e a polis democrática. In: *A coruja de Minerva: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo*. Petrópolis, Vozes.
- CONSTITUIÇÃO FEDERAL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acessado em: 27/06/2016.
- GRAMSCI, Antonio. 1991. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GRAMSCI, Antonio. 1982. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Nelson Carlos Coutinho. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- HOBBS, Thomas. 2000. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Tradução de João Paulo Monteiro. São Paulo, Nova Cultura.
- IANNI, Octavio. 2000. *Enigmas da modernidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MARCUSE, H. 1982. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. Tradução de Giasone Rebuá. 6ª ed. Rio de Janeiro, Zahar.
- MARCUSE, Herbert. 1999. *Tecnologia, guerra e fascismo*. São Paulo, Editora UNESP.
- PUCCI, B. 1998. A teoria da semicultura e suas contribuições para a teoria crítica da educação. In: Bruno PUCCI; Newton Ramos de OLIVEIRA; Antônio Álvaro Soares ZUIN (org.), *A educação danificada*. Petrópolis, Vozes, p. 89-116.
- SODRÉ, Muniz. 2002. *Antropológica do espelho – Uma teoria da comunicação linear e em rede*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes

Artigo submetido em 30-07-2016
Aceito em 05-11-2017